

FERNANDO REVERENDO
VIDAL AKAOUI



COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE

CONDUTA AMBIENTAL

5.ª edição
revista, atualizada
e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO
DE CONDUTA AMBIENTAL
5.^a edição revista, atualizada e ampliada
FERNANDO REVERENDO VIDAL AKAOUI

1.^a edição: 2003; 2.^a edição: 2008; 3.^a edição: 2010; 4.^a edição: 2012.



© desta edição [2015]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS
Diretor responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [04-2015]

Profissional

Fechamento desta edição [17.04.2015]



ISBN 978-85-203-6303-4

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À 5.ª EDIÇÃO	13
NOTA DO AUTOR À 4.ª EDIÇÃO	15
NOTA DO AUTOR À 3.ª EDIÇÃO	17
NOTA DO AUTOR À 1.ª EDIÇÃO	19
INTRODUÇÃO	21
ABREVIATURAS.....	27
1. A Tutela Constitucional do Meio Ambiente.....	31
1.1 Noções gerais	31
1.2 Bem ambiental.....	33
1.2.1 Conceito de bem ambiental.....	33
1.2.2 O bem ambiental e a nova ordem constitucional	34
1.2.3 A natureza jurídica do bem ambiental	37
1.2.4 O bem ambiental e o direito de propriedade	38
1.3 Competências em matéria ambiental.....	42
1.3.1 Competência legislativa	43
1.3.2 Competência material	45
1.4 Conclusões.....	47
2. Meios Processuais de Proteção do Meio Ambiente	49
2.1 Tutela coletiva ambiental.....	49
2.1.1 Ação popular constitucional	50
2.1.2 Ação civil pública.....	53
2.1.3 Outros meios processuais de tutela ambiental.....	60
2.2 Conclusões.....	64
3. O Inquérito Civil Como Meio de Proteção do Meio Ambiente	65
3.1 Considerações gerais.....	65
3.2 O Ministério Público na presidência do inquérito civil.....	69
3.3 Conclusões.....	71
4. Compromisso de Ajustamento de Conduta.....	72
4.1 Considerações gerais	72

4.2	Compromisso de ajustamento de conduta e acesso à justiça.....	75
4.3	Natureza jurídica.....	80
4.4	Objeto e limites objetivos.....	85
4.5	Legitimidade.....	88
4.6	Revisão pelo Conselho Superior do Ministério Público.....	94
4.7	Aspectos formais.....	100
4.7.1	Admissão da ocorrência do dano ou risco de dano.....	101
4.7.2	Consequências para o caso de descumprimento.....	102
4.7.3	Indicação da destinação das quantias em dinheiro.....	103
4.7.4	Quem deve assinar o termo de compromisso de ajustamento.....	104
4.7.5	Garantias ao ajustamento de conduta.....	109
4.8	Efeitos do compromisso de ajustamento de conduta.....	110
4.9	A mutabilidade do compromisso de ajustamento de conduta.....	113
4.10	Publicidade.....	114
4.11	Desconstituição do termo de ajustamento de conduta.....	116
4.12	Conclusões.....	117
5.	Apontamentos sobre o Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental ..	120
5.1	A importância para a tutela do meio ambiente.....	120
5.2	Objeto.....	122
5.2.1	Obrigações de fazer.....	123
5.2.2	Obrigações de não fazer.....	128
5.2.3	Obrigações de dar coisa certa.....	129
5.2.4	Indenização em dinheiro (danos irreparáveis).....	129
5.2.5	Compensação por equivalente.....	132
	5.2.5.1 Natureza jurídica.....	132
	5.2.5.2 Vantagens e desvantagens.....	134
5.3	Cominação.....	135
5.3.1	Obrigatoriedade.....	135
	5.3.1.1 A cominação como ato vinculado.....	137
	5.3.1.2 Consequências da falta de cominação.....	137
5.3.2	Natureza jurídica da cominação.....	138
	5.3.2.1 Espécies de cominação.....	139
	5.3.2.2 Sanção pecuniária.....	140
	5.3.2.2.1 Valor da cominação.....	140
	5.3.2.2.2 Inaplicabilidade do art. 412 do CC.....	142
	5.3.2.2.3 Da necessidade de observância diferenciada para as cominações de cada uma das obrigações assumidas.....	143

5.4	A importância de atuação homogênea por parte dos órgãos legitimados ...	144
5.4.1	A atuação do Ministério Público.....	144
5.4.2	A atuação dos demais órgãos públicos.....	145
5.5	O ressarcimento das despesas com a prestação de serviços técnicos científicos para verificação do dano ambiental.....	146
5.6	O termo de ajustamento de conduta e os crimes ambientais.....	146
5.7	Conclusões.....	149
6.	Compromisso de Ajustamento Preliminar.....	152
6.1	Natureza jurídica.....	152
6.2	Objeto.....	153
6.3	Enquadramento legal.....	155
6.4	Efeitos do ajustamento preliminar.....	155
6.5	Continuidade das investigações pelo órgão legitimado a tomar o ajustamento.....	155
6.6	Conclusões.....	156
7.	A Execução do Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental.....	157
7.1	Introdução.....	157
7.2	Procedimentos.....	159
7.2.1	Execução de obrigação de fazer.....	159
7.2.2	Execução de obrigação de não fazer.....	164
7.2.3	Execução de dar coisa certa ou incerta.....	165
7.2.4	Execução de quantia certa.....	166
7.3	A competência em sede de execução da tutela coletiva.....	170
7.4	Legitimidade para a execução do título.....	171
7.5	Legitimidade passiva na execução do termo de ajustamento de conduta... ..	173
7.6	O poder-dever de executar o título inadimplido.....	174
7.7	A extinção da execução de título executivo baseado em compromisso de ajustamento de conduta.....	175
7.8	Conclusões.....	176
8.	A Responsabilidade dos Legitimados pelo Ajustamento Firmado.....	179
8.1	Responsabilidade ambiental cível.....	179
8.2	Responsabilidade por ato de improbidade administrativa.....	188
8.3	Responsabilidade penal.....	194
8.4	Responsabilidade administrativa.....	198
8.4.1	Sanções administrativas ambientais.....	198
8.4.2	Sanções disciplinares.....	200
8.5	Conclusões.....	201
	BIBLIOGRAFIA.....	203

APÊNDICE.....	213
1. LEGISLAÇÃO	215
Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981	215
Lei 7.347, de 24 de julho de 1985	238
Decreto 1.306, de 9 de novembro de 1994.....	243
Lei 9.008, de 21 de março de 1995	246
Lei Complementar 140, de 8 de dezembro de 2011	248
2. SÚMULAS DO CSMP-SP DE INTERESSE.....	258
3. MODELOS DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	261
Arquivos públicos	261
Cláusula de compensação por equivalente	263
Extração ilegal de minério.....	266
Poluição sonora – Estabelecimento comercial.....	267
Poluição sonora decorrente de cultos religiosos.....	268
Preservação de patrimônio histórico, cultural e arquitetônico	270
Prevenção de dano em área de preservação permanente.....	271
Proteção à fauna – Centro de controle de zoonoses	272
Proteção à fauna – Manutenção de animais silvestres em cativeiro	278
Proteção à fauna – Pesca ilegal.....	279
Proteção à fauna – Regularização de jardim zoológico.....	281
Retirada de areia de praia.....	282
Unidades de conservação	284
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	287